

Especial > GREVE ANUNCIADA

Greve da Educação começa no dia 27 em todo o Estado

Professores da rede estadual e servidores da administração das escolas param atividades na quarta-feira para pressionar reajuste

LAIRTES CHAVES

Os professores e administrativos da Educação do Estado decidiram entrar em greve a partir de quarta-feira (27), e todas as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul ficarão sem aulas. Há nove anos a rede estadual não paralisava, e em seus primeiros cinco meses de gestão, Reinaldo Azambuja (PSDB) terá de contabilizar o impacto das 362 escolas da rede fechadas, deixando sem aula 270 mil alunos, com a greve dos 20 mil professores e 6.200 servidores administrativos. Azambuja considerou, na tarde de ontem (22), ir à Justiça para anular os efeitos da lei que garante o pagamento do piso nacional aos professores até 2018.

Os administrativos, que trabalham nas secretarias, limpeza, alimentação, inspetoria, entre outras atividades, pediam o reajuste salarial pelo índice de inflação (8,1%), e os professores exigiam do governo o cumprimento da Lei Estadual nº 4.464/2013, que determinava o pagamento cumulativo por ano, para completar o estabelecido no piso nacional da categoria. O governo do Estado, no entanto, propôs medidas diferentes: reajuste com índice zero para os servidores administrativos, e reajuste de 4,37% em outubro deste ano e 3,74% a partir de outubro do ano que vem, até integralizar o valor do piso em 2022, alterando a lei que previa essa finalização até 2018.

A Assembleia Geral aconteceu às 14h de ontem, na Federação dos Trabalhadores em Educação (Fetems), e teve votação favorável de quase 90% dos delegados regionais da entidade, que traziam o posicionamento de suas assembleias locais, realizadas em 73 municípios na quinta-feira (21). Com as 48 horas de prazo do aviso de indicativo ao Estado, o movimento grevista começará na quarta-feira e, a partir de segunda, os sindicatos começam a distribuir nas escolas panfletos explican-



PARALISAÇÃO. Categoria decidiu entrar em greve, ontem à tarde, por tempo indeterminado

do os motivos da suspensão das aulas aos pais e alunos.

O presidente da Fetems, Roberto Botareli, afirmou que desde o dia 13 de janeiro tentava negociar com o governo o cumprimento da lei que garantia o pagamento do piso aos professores, e que, depois da rodada de negociações, os profissionais se sentiam frustrados com a proposta. “Nós não queremos nada além do cumprimento da lei aprovada com unanimidade pela Assembleia Legislativa. Quem está no governo fez um juramento de cumprir a lei. Qualquer ideia contrária a isso é um retrocesso para a Educação”, explicou.

Maria Diogo, 49 anos, é professora da rede estadual há 22 anos em Três Lagoas e relata que em todo seu tempo de magistério nunca viu o Estado deixar de apresentar índices aos trabalhadores da Educação, como foi proposto aos administrativos. “Historicamente, já fizemos greve e lutamos para melhorar os índices de reajuste, mas é a primeira vez que temos que brigar porque foi apresentado reajuste zero. É um atestado de incompetência”, desabafou a professora.

De Fátima do Sul, Maria Jorge Leite, 58 anos, atua como professora há 32. Ela defende

que foi o governo que pediu pela paralisação. “Nós não queríamos greve. É só olhar o que acontece nos outros estados, todo mundo brigando por reajustes e nós esperando negociação. Depois de meses, o governador decide simplesmente não cumprir a lei e propõe reajuste zero aos técnicos. Foi ele quem pediu para entrarmos em greve. É uma vergonha”, disse.

MOVIMENTO NACIONAL

O descumprimento da Lei do Piso (Lei nº 11.738/2008) motivou movimentos grevistas de professores e técnicos em mais seis estados brasileiros: Sergipe, São Paulo, Paraná, Goiás, Santa Catarina e Pará. Em todas as unidades da federação, a exigência é quanto ao reajuste de 13,01% para 2015, previsto em lei federal. Em todos os casos, os governos têm mostrado resistência à causa dos docentes, e a Justiça tem sido chamada para intervir.

Em Mato Grosso do Sul, o piso dos docentes da rede estadual, que é de R\$ 1.331 por 20 horas, deve chegar a R\$ 1.917 até 2018 e deveria ser concedido um quarto dessa diferença agora em 2015, mais um terço em 2016, metade até 2017, e a integralização no ano seguinte.

Neste ano, os professores deveriam receber em janeiro 25,42% de reajuste para seguir a meta de integralização do piso. Em fevereiro, Azambuja concedeu 13,01% e pediu paciência aos docentes, até dia 15 deste mês, para pagar o restante. Seriam necessários mais 10,98% para cumprir a lei, mas o governo, alegando falta de dinheiro, propôs 4,37% em outubro deste ano e 3,74% no ano que vem; parcelando o reajuste até 2022.

Os servidores administrativos da Educação enfrentam um problema maior, porque, sem reajuste, o salário de R\$ 805 será, a partir de janeiro, menor do que o salário mínimo. Na próxima semana, professores e administrativos prometem passeatas e atos em frente à governadoria e na Assembleia Legislativa.

Saiba

Rede municipal também para

Professores da rede municipal começam greve por tempo indeterminado, na segunda-feira (25)

Prefeitura demite 232 e quer economia de R\$ 1 milhão

A Prefeitura de Campo Grande cortou 232 servidores comissionados na noite de ontem (22), na tentativa de economizar mais R\$ 1 milhão por mês na folha de pagamento, que, até o início de maio, excedia o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. O paço municipal deu prazo para que os secretários e diretores das fundações apresentassem os nomes que deveriam ser cortados, até o fim da manhã. Nos órgãos municipais, o clima era de insegurança, quando chegou a informação de que seriam exonerados 20% dos nomeados em todas as pastas, autarquias e fundações.

O secretário municipal de administração, Wilson do Prado, esteve reunido, até tarde da noite, com sua equipe para terminar o estudo de impacto dos cortes e preparar a publicação em uma edição especial do Diário Oficial, que seria publicada entre o fim da noite e a madrugada.

A exoneração dos servidores comissionados era um pedido antigo de vereadores e das categorias, que solicitam reajuste e consideram abusivo o quantitativo de 1.200 servidores nomeados, cerca de 300 a mais do que das gestões anteriores.

Entre os exonerados, estão 201 funcionários comissionados, sendo seis funcionários em função de confiança e 195 em cargo de nomeação direta. Também engrossam o número 31 professores convocados.

A prefeitura não descarta a ideia de reconduzir esses comissionados exonerados ao trabalho, conforme as finan-

ças do município forem se equilibrando, mas não existe prazo para tal possibilidade, da mesma forma como não são descartadas mais exonerações e cortes ainda neste ano.

Para não cometer crime de improbidade administrativa, Olarte tem a missão de reduzir cerca de R\$ 10 milhões na folha de pagamento da prefeitura. Desde março, com o corte de plantões nas unidades de saúde, extinção do terceiro turno, limitação dos plantões móveis e corte das gratificações dos médicos, o Executivo estimava ter economizado cerca de R\$ 5 milhões. O município também decidiu cortar até 30% das gratificações dos servidores comissionados em maio, com efeito retroativo a abril, e agora a exoneração das duas centenas de nomeados leva ao ápice os cortes na máquina pública.

SEM REAJUSTE

A crise nas finanças da Prefeitura de Campo Grande tem gerado indignação, principalmente do funcionalismo público, que teve reajustes salariais negados. Para médicos e professores, a negativa do Executivo e os cortes nos holerites levaram as categorias a entrarem em greve.

O Sindicato dos Servidores Municipais (Sisem) “trocou” o reajuste pela redução da jornada de trabalho, que passará de oito para seis horas, mudando a rotina de mais de 7 mil trabalhadores.



INFANTIL. Trabalhadoras dos Ceinfs protestaram no dia 14 e fizeram dois dias de greve; houve ameaça de demissão

Estado garante reajuste a apenas 10 mil

GILDO TAVARES

Em reunião com o governo do Estado na manhã de ontem, os integrantes do Fórum dos Servidores de Mato Grosso do Sul não conseguiram avançar nas negociações. O funcionários do Estado pedem, como aumento, pelo menos o índice da inflação, que representa reajuste de 8,64%. Vão conseguir reajustar o salário somente as categorias que têm direito ao Programa Constitucional de Irredutibilidade (PCI), que ficaram fora do reajuste do ano passado, mas devem receber agora, em maio, um acréscimo de 7,9%; as quais representam 10 mil servidores.

Para o governador Reinaldo Azambuja, o reajuste foi antecipado de maio de 2015 para dezembro de 2014 e concedido na gestão do ex-governador André Puccinelli.

Para tentar sensibilizar o governo, o Sindicato dos Policiais Cíveis de Mato Grosso do Sul (Sinpol-MS) promove algumas manifestações no centro de Campo Grande. Na terça-feira (26), está confirmando uma panfletagem e no sábado (30) e uma passeata pela Avenida Afonso Pena, com concentração na Praça do Rádio Clube, ambas às 9h.

O presidente da Federação dos Servidores Estaduais e Municipais de Mato Grosso do Sul (Feserp), Rudney Vera de Carvalho, disse que a categoria pediu 8% de reposição salarial e 4% de ganho real, só que o governo entende que essa reposição já foi dada em dezembro de 2014 e não concorda com os argumentos dos profissionais. “Nós entendemos que esse reajuste não aconteceu; as bases do sindicato que-

rem entrar com uma ação contra essa medida”, disse.

Segundo Rudney, ficou garantido aumento salarial apenas para os servidores que não receberam o reajuste no ano passado. “Alguns servidores, cerca de 10 mil, não receberam os 10% do PCI do governo anterior. Agora, o atual governador propôs um reajuste de 7,9% para esses servidores, retroativo a 1º de maio”.

Outra questão debatida foi a data-base dos servidores, que não foi regulamentada e a Feserp pediu a regulamentação, que será atendida pelo governo, e ficou definida que será em maio.

Em outra reunião com o governo, Alexandre Barbosa, presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Mato Grosso do Sul (Sinpol-MS), revelou que as negociações não avançaram e a possibilidade de pa-

ralisação não está descartada. “Na verdade, não avançou em nada. Continua o governo falando que a categoria recebeu em dezembro a antecipação de maio, e nós contestamos novamente. O governador alegou as condições financeiras do Estado para não conceder o reajuste, e nós dissemos que o Estado tem condições, sim, de dar o reajuste, pelo menos a inflação. Estamos abertos ao diálogo com o governo para avançar nas negociações, não queremos greve nem mobilização, mas estamos sendo obrigados a fazer”.

OUTRO LADO

Em sua defesa, o governador Reinaldo Azambuja sustenta que ouve a antecipação do reajuste em dezembro do ano passado e somente os que não receberam vão receber agora. “O governo está convicto



NEGOCIAÇÃO. Reunião entre sindicatos e Azambuja ocorreu de manhã

de que ouve antecipação da data-base, e isso, inclusive, está no texto das leis aprovadas. Este aumento concedido em dezembro de 2014 deveria ter sido deixado para maio de 2015”, justifica.

Azambuja destacou, ainda, que a folha de pagamento dos servidores aumentou 29% de outubro de 2014 para abril de 2015 e já chega a 58,4% do teto limite, o qual não

pode ultrapassar os 60%.

Quanto às ameaças de paralisação, o chefe do Executivo estadual disse que ninguém tira o direito das categorias de entrar em greve, mas cada um tem sua responsabilidade, e o governo vai tomar a atitude que achar necessária, principalmente para que os atendimentos essenciais da população não sejam afetados.